

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PROCESSAMENTO DE MULTAS DE TRANSITO REFERENTE A REQUISIÇÃO 8970/2010.

Do Objeto: Contratação de empresa para Prestação de Serviços de processamento de multas de trânsito lavradas manualmente e registradas em equipamentos eletrônicos, impressão e envelopamento de notificações de autuação e penalidade de multas de trânsito e recursos, garantindo a perfeita operacionalidade e a integridade dos procedimentos de intercomunicação com instituições financeiras (Banco Arrecadador dos valores das multas de trânsito pagas) e órgãos públicos (PRODESP/DETRAN-SP e Sistema RENAINF e INFRAEST).

Locação de Sistema Computacional (software) para processamento de multas de trânsito municipais desenvolvido na plataforma Web utilizando a linguagem de programação PHP (*Hypertext Preprocessor*) ou similar e banco de dados "Free", sendo o Sistema (software) hospedado em um *Host* acessado através da Internet, onde usuários autenticados podem acessar simultaneamente o sistema de qualquer terminal com o acesso a Internet.

Obrigações da Contratante:

- Confecção de talonários de Autos de Infração de Trânsito;
- Despesas com postagem de notificações;
- Despesas bancárias (tarifa de compensação dos boletos de multas);
- Despesas com a contratação dos serviços da PRODESP;
- Disponibilização de local apropriado e reservado para execução dos serviços
- Equipamentos de Informática (computadores e impressoras)

Obrigações da Contratada:

- Disponibilizar Sistema Computacional (software) para processamento de multas de trânsito lavradas manualmente e registradas em equipamentos eletrônicos, desenvolvido em plataforma Web (INTERNET)
- Instalação de sistema de gestão de multas municipais;
- Gerenciamento de servidores de banco de dados e de aplicação;
- Suporte aos usuários do Sistema de Gestão de Multas;
- *Help Desk* disponível 05 (cinco) dias por semana, 12 (doze) horas por dia;
- Manutenção e customização do Sistema de Gestão de Multas Municipais;
- Cópias de segurança do Banco de Dados.
- Na expiração contratual, fornecer à CONTRATANTE, cópias do banco de dados atualizado, os quais se destinarão à conversão para outro programa que venha a ser contratado;
- Manter sigilo absoluto das informações processadas.

Requisitos obrigatórios mínimos de natureza técnica para o SISTEMA (Software) de INTERNET de Processamento de Multas de Trânsito.

01. Autuações lavradas por anotação em documento próprio e registradas em equipamentos eletrônicos:

- 01.01. Ter Mecanismo para digitalização compatível com plataforma Internet usando como *Front End Browser* (ou similar) para navegação, possibilitando sua utilização de qualquer estação de trabalho (sem necessidade de instalação);
- 01.02. Ter Mecanismo para transcrição de dados a partir de imagens digitais das autuações, evitando o manuseio dos documentos originais nesse processo;
- 01.03. Garantir que os dados transcritos, conforme estabelecido nos incisos I a IV do Art. 280 do CTB, sejam validados por processo de digitação e verificação;
- 01.04. Consistência de forma e conteúdo das informações, constantes nas autuações, garantido o cumprimento das exigências da Portaria DENATRAN nº -59/2007 do DENATRAN, informando falhas no preenchimento das autuações;
- 01.05. Consistência dos códigos dos agentes fiscalizadores, impedindo que venham ser processadas autuações geradas por pessoal sem a devida competência legal, conforme prevê o parágrafo 4º do Art. 280;

- 01.06. Consistência dos dados cadastrais do proprietário, marca e modelo do veículo, através das informações obtidas dos órgãos estaduais de trânsito;
- 01.07. Consistência do prazo hábil para a expedição da notificação conforme inciso II, do parágrafo único, do Art. 281 do CTB;
- 01.08. Dispor de mecanismos que garantam o acompanhamento das autuações remetidas para processamento, desde a sua recepção pelo órgão gerenciador dos agentes fiscalizadores até a efetiva geração da notificação de aplicação da penalidade informando todas as inconsistências detectadas pelas validações exigidas;
- 01.09. Mecanismo que auxilie a administração no controle do talão de autuações que for outorgado a cada agente fiscalizador, registrando seu uso sequencial e contínuo, eliminando qualquer possibilidade de que sejam utilizados de forma irregular ou de que os autos neles existentes deixem de ser apresentados à autoridade de trânsito, por qualquer motivo (erro, falha, rasura) e registrar a sua substituição;
- 01.10 - Deverá fazer parte das responsabilidades da Contratada a conversão do banco de dados fornecidos pelo Órgão Executivo Municipal de Trânsito;
- 01.11. É responsabilidade da contratada a impressão das notificações de autuação e das notificações de penalidades, em branco/preto, com inserção das fotografias quando relativas a autos gerados por equipamentos eletrônicos fotográficos da contratada. Esta impressão, por segurança, deverá ser feita na sede da contratada, sendo vedado a terceirização deste serviço por conter informações reservadas ao Órgão Executivo Municipal de Trânsito;
- 01.12. Após impressão e envelopamento das notificações Contratada deverá providenciar o envio das mesmas até a sede do Órgão Executivo Municipal de Trânsito por sua conta e risco, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após o envio do arquivo com o lote das notificações.
02. Geração de Notificação da Autuação e Penalidade/Boleto via INTERNET de qualquer estação de trabalho (sem necessidade de instalação):
 - 02.01. Mecanismo que permita a emissão da notificação de autuação e de aplicação de penalidade conforme legislação em vigor;
 - 02.02. Mecanismo que permita a emissão da notificação de autuação e de aplicação de penalidade com o formulário de carta simples com comprovante de recebimento conforme padrão estabelecido pela EBCT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos);
 - 02.03. Mecanismo que permita a emissão da notificação de autuação e de aplicação de penalidade com o Aviso de Recebimento, numeração de AR fornecida pela EBCT bem como seu código de barras;
 - 02.04. Permitir que o proprietário do veículo autuado exerça seu direito de indicar o infrator, previsto no parágrafo 7º do Art. 257 do CTB, através de formulário que deverá fazer parte da notificação de autuação;
 - 02.05. Mecanismo que auxilie a administração apresentar nas notificações de autuação e de aplicação de penalidade, as imagens decorrentes de autos de infração de trânsito eletrônicos providos de equipamentos detectores;
 - 02.06. No caso de identificação do condutor infrator, por ocasião da lavratura da autuação por agente fiscalizador, na notificação da autuação ao proprietário, constar a identificação do condutor infrator;
 - 02.07. Mecanismo que controle a reimpressão de notificações;
 - 02.08. Mecanismo que registre e permita sua visualização de todas as impressões e reimpressões de notificações de autuação e penalidade, contendo no mínimo as seguintes informações: número do lote e sequência interna de impressão, data hora de impressão e usuário responsável pela impressão.
03. Dos mecanismos de consulta via INTERNET de qualquer estação de trabalho (sem necessidade de instalação)
 - 03.01. Mecanismo que auxilie a administração o acesso aos dados das autuações e penalidades aplicadas pelo órgão de trânsito;
 - 03.02. Mecanismo que permita a emissão de documento arrecadável para recolhimento dos valores das penalidades de trânsito de âmbito municipal;
 - 03.03. Dispor de acesso às informações dos processos de defesa de autuação, 1ª instância (JARI) e recursos interpostos em 2ª instância junto ao CETRAN;
 - 03.04. Dispor de acesso às informações de indicações de condutores registradas nas multas aplicadas pelo Município;
 - 03.05. Mecanismo que permita o acesso às imagens registradas;
 - 03.06. Possibilitar a emissão de cópia das Autuações lavradas por registro em sistema eletrônico por

equipamento de detecção provido de registrador de imagem;

03.07. Dispor de acesso as informações referentes à geração e expedição das notificações (data da expedição, índice para acesso à relação de carga e ao número de controle do documento comprobatório de entrega), para fins de informação aos infratores, à JARI e atendimento a requisições judiciais.

04. Da emissão de relatórios via INTERNET de qualquer estação de trabalho (sem necessidade de instalação):

04.01. Possibilitar a geração de relatórios que permitam o acompanhamento das autuações lavradas com os seguintes critérios de agrupamento:

- Por agentes fiscalizadores e por equipamento em um determinado período;
- Por local de infração;
- Por data da lavratura;
- Por enquadramento;
- Com processo de defesa de autuação julgada procedente;

04.02. Possibilitar a geração de relatórios que permitam o acompanhamento das penalidades aplicadas com os seguintes critérios de agrupamento:

- Por tipificação da autuação em um determinado período;
- Com processo de recurso julgado procedente;
- Por equipamento detector em um determinado período;

04.03. Possibilitar a geração de relatórios que permitam o acompanhamento das penalidades vencidas e vincendas com os seguintes critérios de agrupamento:

- Por mês de vencimento;
- Por origem do veículo, classificado como: veículos do município e veículos de outros municípios;
- Por final de placa;

04.04. Possibilitar a geração de relatórios que permitam o acompanhamento do controle da arrecadação das penalidades aplicadas com os seguintes critérios de agrupamento:

- Por data de pagamento em um determinado período, indicando no mínimo as seguintes informações: data de pagamento, valor pago, banco, data de crédito e tarifas aplicadas;
- Por origem do pagamento, classificado como pagamentos originados por: documento arrecadável (boleto), licenciamento eletrônico e repasse do órgão estadual de trânsito.
- Possibilitar a geração de relatório com as informações para repasse de 5% ao FUNSET.

05. Da emissão de gráficos via INTERNET de qualquer estação de trabalho (sem necessidade de instalação):

05.01. Emissão de gráficos que permitam o acompanhamento das autuações lavradas;

05.02. Emissão de gráficos que permitam o acompanhamento das penalidades aplicadas;

05.03. Emissão de gráficos que permitam o acompanhamento das penalidades vencidas e vincendas por mês de vencimento e por final de placa;

06. Da defesa de autuação e do recurso interposto à penalidade aplicada via INTERNET de qualquer estação de trabalho (sem necessidade de instalação):

06.01. Mecanismo que possibilite a autoridade de trânsito administrar a entrada e o julgamento dos processos de defesa de autuação e do recurso interposto à penalidade pelos proprietários/condutores autuados:

- Protocolo de recebimento de processo;
- Capa de processo;
- Relação de processos cadastrados e julgados em um determinado período;
- Notificação de resultado de processo endereçado ao requerente.

06.02. Mecanismo que possibilite aos Membros da JARI a administração do recurso interposto à penalidade com as seguintes funções:

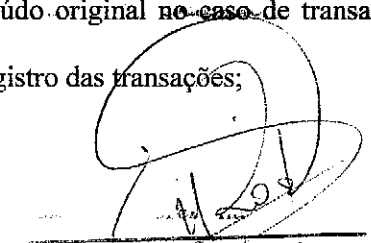
- Protocolo de recebimento de processo;
- Capa de processo;
- Relação de processos cadastrados e julgados em um determinado período;
- Notificação de resultado de processo endereçado ao requerente.

07. Controles de processamento via INTERNET de qualquer estação de trabalho (sem necessidade de instalação):

07.01. Mecanismo que auxilie a administração controlar as notificações expedidas por carta simples com comprovante de recebimento da EBCT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) ou por relações de carga e postagem nas agências da EBCT;

07.02. Mecanismo que permita a autoridade de trânsito exercer a opção de aplicação da penalidade de advertência;

- 07.03. Mecanismo que permita a autoridade de trânsito conceder e revogar efeito suspensivo para penalidades quando necessário;
- 07.04. Mecanismo que permita à autoridade de trânsito efetuar o cancelamento da autuação, quando verificar inconsistência da mesma;
- 07.05. Mecanismo que não permita a indicação de condutor quando a mesma ocorrer na lavratura da autuação pelos agentes fiscalizadores;
- 07.06. Mecanismo que permita a emissão de protocolo de recebimento pela autoridade de trânsito das indicações de condutor;
- 07.07. Mecanismo que permita excluir o registro das penalidades pagas ou canceladas pela JARI no banco de dados do órgão estadual de trânsito;
- 07.08. Mecanismo que calcule automaticamente e permita a impressão de uma nova multa ao proprietário do veículo infrator quando este for pessoa jurídica e não informou até o prazo previsto, a identificação do condutor conforme determina o Artigo 257 do CTB e Resolução CONTRAN nº 151/2003;
- 07.09. Mecanismo que cancele automaticamente a multa gerada por não indicação do condutor quando a multa que a originou foi considerada inconsistente no processo interposto junto à JARI ou Judicial;
08. Controle de Multas para Sistema RENAINF via INTERNET de qualquer estação de trabalho (sem necessidade de instalação):
- 08.01. Fornecer mecanismo que permita o processamento de autuações referentes a veículos - registrados em outros estados conforme implementação do manual do usuário RENAINF (Registro Nacional de Infrações de Trânsito) fornecido pelo órgão estadual de trânsito (PRODESP-DETRAN/SP);
09. Dos controles de arrecadação via INTERNET de qualquer estação de trabalho (sem necessidade de instalação):
- 09.01. Mecanismo que possibilite a administração recepcionar os arquivos eletrônicos referentes às contas bancárias definidas pelo órgão de trânsito possibilitando o controle de pagamentos de penalidades realizados através das fichas de compensação bancária emitidas;
- 09.02. Mecanismo que possibilite a administração recepcionar os arquivos eletrônicos referentes aos pagamentos realizados através do Licenciamento Eletrônico, na rede bancária credenciada;
- 09.03. Mecanismo que possibilite a administração efetuar o registro de pagamentos baseado em informações avulsas (borderô) disponibilizadas pelos bancos centralizadores na inexistência do movimento eletrônico;
- 09.04. Mecanismo que auxilie a administração controlar a existência e restituição de valores arrecadados a maior, pagamentos em duplicidade e/ou decorrentes do cancelamento de penalidades.
10. Da segurança do sistema, de forma a garantir a integridade das informações via INTERNET de qualquer estação de trabalho (sem necessidade de instalação):
- 10.01. Dispor de cadastro de operadores com controle de senha pessoal criptografada com diferentes níveis de acesso;
- 10.02. Mecanismo que permita a administração conceder ou revogar o acesso às funções do sistema;
- 10.03. Registrar todas as transações (inclusão, alteração, exclusão), identificando o operador responsável, a data/hora da transação, os campos com o conteúdo original no caso de transação de alteração e, no caso de exclusão, o registro inteiro;
- 10.04. Mecanismo que possibilite a administração consultar o registro das transações;


Wagner Roberto Pedrosa
Diretor de Trânsito
DEPTRANS